

Os desafios das políticas públicas para a juventude diante de recordes de exclusão sócio econômica

Claudia Aniceto Caetano Petuba*
Rafael Cardoso de Oliveira**
25 de julho de 2016

O seguinte artigo discorre sobre os desafios enfrentados pelos gestores de Políticas Públicas para a Juventude-PPJ em Alagoas, estado recordista de índices de vulnerabilidade, ociosidade e homicídios na juventude.

Ele foi elaborado a partir da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) de 2012, do índice de Vulnerabilidade Juvenil (IVJ) – Violência e Desigualdade Racial, de 2014, da observação dos marcos do Estatuto da Juventude e dos dados obtidos no I Fórum de Políticas Públicas para a Juventude de Alagoas, realizado em 2016.

Este possui o objetivo de contribuir com a compreensão da visão sobre PPJ e os desafios dessa temática no estado. Nele encontra-se reflexões e provocações necessárias para o caminho a ser percorrido pelos gestores alagoanos.

Os desafios das políticas públicas de juventude na ação estatal

O **Estatuto da Juventude**, sancionado em 05 de agosto de 2013, pela Presidenta Dilma Rousseff, obriga à União e entes federados uma série de responsabilidades e atribuições relacionadas na defesa e promoção da juventude, população jovem entre 15 e 29 anos, além de definir os princípios e diretrizes para o fortalecimento e a organização das políticas de juventude, em âmbito federal, estadual e municipal.

Este marco legal reposiciona as demandas dos estados para com sua juventude, parcela fundamental da população brasileira, aproximados 50 milhões de pessoas, além de criar o Sistema Nacio-

nal de Juventude – **SINAJUVE**.

Este avanço atinge de modo heterogêneo os estados brasileiros, uma vez que suas conjunturas sociais e políticas impõem realidades diferentes e complexas, em Alagoas as PPJ's são marcadas por incompreensões, lutas e avanços. Desse modo, é necessário que se defina o que são **Políticas Públicas** e sua diferença para **Ações Políticas**.

Segundo a Cientista Política Maria das Graças Rua, as políticas públicas:

“[...] compreendem o conjunto das decisões e ações relativas à alocação imperativa de valores.

Nesse sentido é necessário distinguir entre política pública e decisão política. Uma política pública geralmente envolve mais do que uma decisão e requer diversas ações estrategicamente selecionadas para implementar as decisões tomadas. Já uma decisão política corresponde a uma escolha dentre um leque de alternativas, conforme a hierarquia das referências dos atores envolvidos, expressando - em maior ou menor grau - uma certa adequação entre os fins pretendidos e os meios disponíveis. Assim, embora uma política pública implique decisão política, nem toda decisão política chega a constituir uma política pública”¹.

Posto isso, a realização do I Fórum de Gestores de Políticas Públicas para a Juventude em Alagoas revelou uma certa incompreensão dessa diferença, uma vez que os dados obtidos nesse espaço verificaram que o Estado além de contar com limitado número de órgãos públicos para a juventude, logo, pouco gestores, esses por sua vez possuem uma visão historicamente limitada das ações dos respectivos órgãos, tornando-os agentes mobilizadores de outras pastas e ou realizadores de eventos.

O Estado de Alagoas conta com 102 (cento e dois) municípios, sendo que apenas três destes contam com órgão da administração direta com ação direcionada para a Juventude, assim, apenas em Água Branca, Piranhas e União dos Palmares há Secretarias Municipais de Juventude; e, em outros cinco municípios existem departamentos ou coordenações de juventude: Arapiraca, Delmiro Gouveia, Maceió, Matriz do Camaragibe e Pão de Açúcar.

Na coleta de informações sobre o histórico das PPJ's nesses municípios é ausente a construção de um banco de informações ou aprofundamento sobre os índices de fragilidade econômica e social dos usuários dos serviços públicos ou reflexão sobre as demandas e necessidades desta parcela da população.

Histórico das políticas públicas para a juventude em Alagoas

A literatura e historiografia da construção e desenvolvimento das PPJ's em Alagoas é limitada à departamentos de instituições de ensino superior, as informações disponíveis são colhidas a partir de experiências empíricas e do pequeno acervo de produção a cerca dessa temática.

No fim dos anos 90, janeiro de 1999, o à época Governador, Ronaldo Lessa² (PSB), criou o Departamento de Juventude, ligado ao Gabinete Civil, contando com uma Superintendência e duas coordenações, essa estrutura dura até o início de 2007, quando no primeiro mandato do Governador Teotônio Vilela Filho (PSDB)³.

Nesse período esse departamento foi fragmentado e distribuído em outras pastas do governo, como a Secretaria de Estado de Políticas para as Mulheres, Minoria e Direitos Humanos - SEPMDH, na qual passa a ser lotada a Superintendência de Políticas Públicas para a Juventude; e na Secretaria de Estado da Articulação Política-SEAP, a Superintendência de Articulação da Juventude.

Com esse novo organograma os órgãos de juventude no Executivo Estadual perdem o elo e com isso o planejamento de conjunto, embebidos da confusão de Políticas de Estado e Ação Política.

No primeiro ano de governo do Governador Renan Filho⁴(PMDB), no dia 01 de abril de 2015, um marco histórico para o desenvolvimento de políticas públicas no estado de Alagoas, foi criada a Secretaria de Estado do Esporte, Lazer e Juventude – SELAJ, inédita na estrutura organizacional do Governo de Alagoas.

Em 2016, uma das ações planejadas de forma estratégica pela Selaj, no sistema de Governança Corporativa, foi a instituição de um Fórum Permanente de Gestores de Juventude de Alagoas, com a missão de estrutura um Sistema Estadual de Juventude a partir da articulação das ações já desenvolvidas para o público juvenil pelas gestões municipais e estadual; que após articulação passarão com ampliação de serviços e territórios de abrangência.

A juventude pobre e negra de Alagoas

A juventude alagoana está inserida num contexto de liderança entre os recordes negativos, há quase uma década, que apontam sua ampla vulnerabilidade. Entre os jovens de 15 à 29 anos 27,4% estão ociosos, segundo os dados Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) de 2012, enquanto a média nacional à época era de 19,6%.

Além disso, segundo o Índice de Vulnerabilidade Juvenil à Violência e Desigualdade Racial 2014 (IVJ – Violência e Desigualdade Racial) é um indicador sintético, que agrega dados relativos às seguintes dimensões: taxa de frequência à escola, escolarida-

de, inserção no mercado de trabalho, taxa de mortalidade por causas internas, taxa de mortalidade por causas violentas, valor do rendimento familiar médio mensal, agregando ainda o risco letivo de jovens negros e brancos serem vítimas de homicídios.

Numa escala de 0 a 1, no índice de Vulnerabilidade Juvenil (IVJ) – Violência e Desigualdade Racial, Alagoas possui o maior coeficiente - 0,608. Dado alarmante para um estado que 66,8% de sua população se declara negra ou parda, de acordo com estudo inédito do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em parceria com a extinta Secretaria de Políticas de Promoção e Igualdade Racial, realizado em 2010.

Assim, num contexto de confusão e ineficiência do **Plano Juventude Viva**, lançado em 2013 pela presidenta Dilma, é urgente que se reflita para o âmbito das políticas de estado se a vulnerabilidade é da *juventude negra ou da juventude pobre*.

CONCLUSÃO

O novo momento vivido nas reflexões sobre construção, execução e consolidação das Políticas Públicas de Juventude em Alagoas mira a criação de um Sistema Estadual de Juventude que capitalize o perfil, as demandas e as ações municipais e estadual voltadas para o enfrentamento dos índices de vulnerabilidade da juventude alagoana.

Além do empenho na criação de uma rede de ações e gestores que possam ao passo que definirem os formatos necessários para a execução dessas políticas, também afirmar a juventude como agente de direitos.

A partir de um planejamento sistêmico e enraizado que dê conta da reafirmação da criação de órgãos de juventude em todas as cidades do estado, com orçamento e profissionalismo de seus gestores.

*Graduada em Administração pela Universidade Federal de Alagoas-UFAL e em Direito pelo Instituto de Ensino Superior de Alagoas-IESA, especialista em Direito Público pela Universidade Anhanguera, pós-graduanda em Gestão Pública pela UFAL, atual Secretária de Estado do Esporte, Lazer e Juventude de Alagoas.

**Graduando em História na Universidade Estadual de Alagoas-UNEAL, ex – Coordenador de Políticas Públicas para a Juventude da Prefeitura Municipal de Arapiraca e atual Gerente de Políticas Públicas para a Juventude na Secretaria de Estado do Esporte, Lazer e Juventude de Alagoas.

RUA, M. G. Análise de Políticas Públicas: conceitos básicos. Manuscrito, elaborado para el Programa de Apoyo a la Gerencia Social en Brasil. Banco Interamericano de Desarrollo: INDES, 1997. 1-2.

2

Governador de 1º de janeiro de 1999 à até 31 de março de 2006.

3

Governador de 1º de janeiro de 2007 a 1º de janeiro de 2015.

4

Governador desde 1º de janeiro de 2015.